

POLÍTICA

O novo substitutivo da Constituição sai hoje: continuam as questões da reforma agrária e do sistema de governo.

Sem acordo: os textos polêmicos ficam.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregará hoje, às 17 horas, o seu segundo substitutivo sem que dois temas polêmicos tenham sido definidos nas negociações entre os vários grupos envolvidos nos entendimentos: sistema de governo — parlamentarismo e presidencialismo —, e a questão da imissão de posse na reforma agrária, prevendo-se — segundo expressão do senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), um dos relatores-adjuntos — “uma verdadeira batalha no plenário”.

A persistir, hoje, a falta de acordo entre os grupos do senador José Richa e do deputado Euclides Scalco e as forças do governo (encabeçadas pelos deputados Carlos Sant'Anna, líder do governo, e José Lourenço, líder do PFL na Câmara), o relator Bernardo Cabral vai manter o mesmo texto do primeiro substitutivo, deixando para o plenário a solução pelo voto.

O sistema de governo é o tema que mais depende das negocia-

ções, inclusive fora da Constituinte, por envolver diretamente a posição pessoal do presidente José Sarney, que luta pela manutenção do presidencialismo, com cinco anos de mandato. Como não é um tema restrito internamente à Constituinte, se não houver sinal verde de entendimento (hipótese praticamente afastada), o relator Bernardo Cabral manterá o texto atual que é o da emenda Afonso Arinos.

Segundo previsão do senador José Inácio Ferreira a reforma agrária, outro dos pontos polêmicos, não terá a mínima condição de acordo até hoje, porque existem três vertentes conflitantes: a esquerda quer a emissão imediata da posse, sem nenhum recurso à Justiça; a direita quer a imissão pela via da tributação e por mais tempo; e os centristas defendem a posição do projeto “Hércules”, onde não há decurso de prazo para a imissão e abre-se a possibilidade de recursos em primeira e segunda instância, por ambas as partes (governo e proprietário desapropriado).



Cabral: seis versões.

Ontem pela manhã o assunto foi examinado, informalmente, pelos deputados Afif Domingos (PL), Prisco Viana (PMDB), Roberto Cardoso Alves (PMDB), Cid Carvalho (PMDB), Francisco Dornelles (PFL), entre outros. Afif Domingos manifestou preocupação com possíveis reações à notícia de que o relator confirmará, no novo substitutivo, a proposta anterior. Para evitar mais radicalizações será tentado novo texto, a ser apresentado como emenda na Comissão de



Cardoso: sem polêmica.

Sistematização, na próxima semana. Essa nova proposta deverá ficar definida segunda-feira, em reunião no Instituto Israel Pinheiro, no Lago Sul.

Novidades

Segundo o relator-adjunto José Inácio Ferreira serão muito poucas as alterações entre o primeiro e o segundo substitutivos — que Bernardo Cabral entregará ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães —, pois o trabalho foi

praticamente de enxugamento do texto anterior, com uma consequente redução do número de artigos.

Para José Inácio Ferreira, que falou em nome dos relatores-adjuntos, dos três pontos polêmicos apenas um foi resolvido a contento — o relativo ao papel constitucional de Forças Armadas. Numa solução negociada com os militares pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e pelo senador José Richa, no novo texto, as Forças Armadas destinam-se a garantir os poderes constitucionais e, a pedido de um destes, da lei e da ordem.

No trabalho de enxugamento do texto do segundo substitutivo para entregá-lo ainda hoje — a secretaria-geral da Mesa da Constituinte desmentiu a possibilidade de adiamento por 48 horas —, os relatores-adjuntos introduziram uma novidade: os traficantes de drogas não terão fianças e seus crimes serão considerados imprescritíveis, além de serem obrigados a

cumprir penas em prisões especiais fechadas.

O senador José Inácio Ferreira desmentiu a informação de que Bernardo Cabral havia retirado do segundo substitutivo o artigo que proíbe a propaganda no rádio e na televisão de cigarros, bebidas, remédios, agrotóxicos e tratamentos de saúde. Essa questão, há uns dois meses, gerou uma denúncia de Cabral de que havia sofrido uma tentativa de suborno para retirar a proibição na época, quando da elaboração do primeiro substitutivo.

O novo substitutivo foi passado em revista ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O encontro de Ulysses com Bernardo Cabral e os líderes Fernando Henrique Cardoso, Luís Henrique e os deputados Euclides Scalco, Ibsen Pinheiro e José Serra foi mais destinado a examinar questões não-polêmicas. O sistema de governo não foi debatido: Cabral afirmou que o assunto terá que ser resolvido por ele mesmo, em negociações interpartidária.

Figueiredo fala em eleições diretas. E faz críticas à Constituinte.

“Se as Forças Armadas tiverem que intervir, vão intervir, a despeito do que esteja ou não escrito no Constituição. Vão dizer que é contra a Constituição, então, que se mude a Constituição.”

A declaração do ex-presidente João Figueiredo foi feita ontem ao desembarcar em Porto Alegre, quando comentou a polêmica sobre o papel constitucional das Forças Armadas. Ele é contra a proposição de permitir uma eventual intervenção se solicitada apenas por um poder da República. “Isso pode gerar confusão”, prevê ele. “Um poder solicitando a interferência das Forças Armadas e os outros não pode dar conflito e impasse”.

Figueiredo, que foi a Porto Alegre para receber a homenagem de mais de cem empresários das Associações Comerciais gaúchas, falou muito sobre política — e defendeu “eleições diretas agora”, mas tomando cuidado de enfatizar que “agora”, para ele, significa depois de terminados os trabalhos da Constituinte. “Eleições diretas são necessárias para o País”, enfatizou. Figueiredo, contudo, reconhece que isso não auxiliaria na supe-

ração da atual crise: “Não há eleição direta ou indireta que tire o País do buraco em que está. Para isso é preciso muito trabalho, humildade e produzir muito”.

Aos empresários, ele garantiu não ter pretensões de se candidatar à presidência. E negou qualquer possível entendimento com Leonel Brizola em torno de uma chapa à sucessão: “Temos pontos de vista totalmente opostos”. Referindo-se sempre à atual crise como “preocupante”, Figueiredo notou que o único candidato “com força e condições para endireitar o País é Jesus Cristo”. Advertiu ainda que a possibilidade de haver ou não um retrocesso “vai depender dos atuais responsáveis saberem conduzir a crise”.

O parlamentarismo foi também assunto de Figueiredo. Ele prevê que o sistema não se deverá adaptar muito bem ao Brasil, “por causa do grau, nível de instrução do povo e pela organização partidária muito frágil”. E disse não concordar com a ideia de implantação de um parlamentarismo negociado. “Um ministro do atual governo já disse que este período não seria de tran-

sição, mas de transação, e temo que isso seja verdade”, observou. “Prefiro que seja apenas um período de transição e não se faça nada para acomodar.”

De volta ao tema sobre o papel dos militares na nova Carta, o general elogiou a nova proposta que consta do substitutivo do relator Cabral, que garante a defesa da Pátria contra a agressão externa “com os poderes constitucionais” e não com os poderes constituídos como estava contido anteriormente.

A anistia aos militares cassados em 1964 foi considerada por Figueiredo como um dos temas mais difíceis para a Constituinte. Ele entende que deve haver o ressarcimento pelos prejuízos sofridos, mas acha que as Forças Armadas não podem arcar com o prejuízo de aceitar gente sem condição de assumir cargos. “É um sofisma afirmar de que um tenente em 1964 seria hoje um coronel ou general”, ponderou. E sobre o andamento dos trabalhos na Constituinte, ele disse temer que não reflita os verdadeiros anseios populares.